

SEGUNDA DIAGONAL ELECTRÔNICA de la EPFCL-Francia

Lacan e a Política

Christian Ingo Lenz Dunker

Gostaria de começar esta Diagonal agradecendo todos que a tornam possível, desde o convite de Sidi Askofaré, até o trabalho de Lucile Cognard e Patrik Barillot no suporte e organização e também a Colete Soler e Gabriel Lombardi, pela abertura dos trabalhos em torno da questão “*Psicanálise e Política*”, por ocasião da primeira Diagonal e a Dominique Fingermann pelo acompanhamento e trabalho de tradução.

Gostaria de começar nosso encontro definindo um pouco os termos que compõe nossa discussão. Esboçando uma definição fregeana poderíamos dizer que a psicanálise é a função e a política é o argumento. A extensão do argumento, ou seja, as acepções de política, os objetos que caem sob este significante, envolve o conjunto de instituições e o sistema organizado de representação de interesses de classes, comunidades e grupos. O sistema eleitoral, o ordenamento jurídico, os partidos e os sistemas de governo formam assim nossa representação intuitiva de política. Neste sentido os psicanalistas, como qualquer outro agrupamento da sociedade civil, faziam política ao se inscreverem no espaço público como atores, com suas escolas e suas políticas associativas, mas também pela sua forma particular de ocupação da esfera pública nas universidades, na imprensa, nas artes ou no debate intelectual. Por combinações, associações e parasitagens a psicanálise participava das políticas públicas, ainda que com uma exceção notável: o repúdio a ser reconhecida pelo Estado.

Esse entendimento, mais ou menos convencional de política, exclui e define um contracampo contável daquilo que não é política: a vida privada das pessoas, a ciência, a arte e a religião, bem como a cultura de maneira geral, não são atividades políticas. Mas isso começa a mudar substancialmente a partir dos anos 1970. Digo isso aproximativamente, pois me parece que é a partir deste momento que dois fatores vão alterar substancialmente o sentido de política:

1. Uma consciência cada vez mais clara de que este conceito representacional de política é insuficiente para representar o desejo das pessoas. Note que eu usei, intencionalmente, duas vezes, a palavra representação. Fiz isso porque acredito que a crise do conceito convencional de política advém da descoberta da importância do *representante*, que não é uma representação, como nos acostumamos a ler com a crítica lacaniana do representante da representação (*Vorstellungsrepräsentanz*) freudiano. Ou seja, o que representa um significante para outro significante pode ser um sujeito. A teoria do lugar vazio ocupado por um representante, que é sua representação simbólica incorporal e neutra começa a ruir.
2. O segundo motivo para uma mutação ou uma crise gradual do conceito clássico de política, a partir dos anos 1970 é a experiência efetiva de que a dinâmica de conflitos

e sua regulação segundo participações periódicas e regradas não consegue acompanhar a velocidade e a intensidade da produção de novas formas de desejo. Ou seja, porque não somos apenas sujeito que fazem exceção a representação, somos também sujeitos expressivos, para usar uma categoria hegeliana que encontra vários correlatos insuspeitos em Lacan.

Estou sugerindo que a psicanálise, e Lacan em particular, ocupou um lugar muito importante nesta mutação contemporânea do conceito de política. Isso ocorreu quando colocamos a psicanálise não só no lugar de função, mas também de argumento. O resultado de nosso algoritmo passa a ser então: *Psicanálise e Psicanálise como política*. O sintagma pode ser lido em uma série cujo sentido é:

- a. Psicanálise e o feminismo como política,
- b. Psicanálise e o marxismo como política,
- c. Psicanálise e o decolonialismo como política
- d. Psicanálise e a Psicanálise como política

Meu argumento para justificar esta partição vem da distinção que vários teóricos da política fazem entre *A política*, (com A maiúsculo), como campo de circulação da palavra, de forma livre, em espaço público, atribuindo a ela potência de deliberação e transformação e *a política* (com a minúsculo) como sistema particular de interesses, mais ou menos orientados por comunidades específicas.

- e. Δ Psicanálise e o "x" como política.

Mais do que em qualquer outro lugar vale aqui a fórmula do significante que representa o sujeito para outro significante. Isso significará que é possível tornar "político" tudo aquilo para o qual haverá um sujeito representante: os gêneros, os hábitos linguísticos, as escolhas estéticas e todas as formas de vida nas quais a dominação e a segregação se manifestem. O político é aquilo que decidimos, politicamente tratar como político.

Desta maneira, se *Lacan e a política* é um caso particular da Psicanálise e a Política seria preciso retroagir do argumento para a função levando em conta a tese de que "o inconsciente é a política". O resultado nos faz perguntar qual Lacan e qual psicanálise queremos para responder ao estatuto político do inconsciente. A política se relaciona psicanaliticamente com as políticas assim como o universal se relaciona com o particular. Ou seja, nem apenas a inclusão dos particulares em um universal pré-constituído, nem de expansão indefinida dos particulares, mas de acordo com a estrutura da significação (*Bedeutung*), ou seja, de que "*não há universal que não contenha uma existência que o negue*".

Aqui Lacan é comportou-se como um verdadeiro visionário político ao realizar dois movimentos fundamentais.

1. Se observarmos os textos de Lacan focados diretamente sobre a prática clínica veremos que são eles, todos e sem exceção, textos que introduzem o problema do poder no interior da situação analítica. O caso mais óbvio é "*Direção da Cura e os Princípios de seu Poder*", mas isso pode ser verificado em "*Variantes da Cura Tipo*", "*Mais Além do Princípio da Realidade*" e de modo mais agudo em "*L'Étourdit*". Portanto, Lacan antecipou a tendência a perceber o problema do poder fora do

escopo obvio da política. Quero crer que isso veio do surrealismo e de como em seu interior se desenvolve o modelo do ato poético como ato transformativo por excelência. De Rimbauld a Raymond Queneau (*Les Dimanches de la vie*) era essa a questão afinal.

2. Mas a segunda antecipação lacaniana é certamente a mais radical. Ele propõe a existência de uma comunidade de exceção, capaz de representar, por si só a incompletude e inconsistência de todas as comunidades. Ele ousa criar um modelo empírico para o que seria uma comunidade de destino pós-edipiana, pós-identificatória e pós-segregatória ou seja: a Escola. Que isso não tenha se realizado, que ele a tenha dissolvido, que seu passe não funcione, tudo isso são apenas evidências do tamanho da comunidade experimental que ele propunha. E este é um modelo de política, com (com “p” minúscula), que faz exceção a se incluir na função genérica e abstrata, *para-todos*, chamada de *A Política*.

A Escola é uma comunidade por vir, esse é o compromisso legado por Lacan. Obviamente esta seria uma política para além da biopolítica e da necropolítica que formam, hoje a alternativa obscena que governa nossas escolhas representativas. Ela se opõe ao capitalismo e ao higienismo, não porque se alinhe ao seu contrário, mas porque compõe-se como uma política do desejo e do despertar. Ela critica a economia política do escabelo, não porque queira voltar para o tempo das substâncias desencarnadas, evadidas do espaço público, mas porque critica a topologia deste espaço: ele não é uma esfera como queria Habermas, mas uma Garrafa de Klein.